



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca da Capital
2ª Vara de Direito Bancário da Região Metropolitana de Florianópolis

Autos nº 0301604-31.2019.8.24.0092

Ação: Monitória/PROC

Requerente: Banco do Estado de Santa Catarina S/A - BESC **Requerido:**

██████████ e outro

Vistos etc.

Banco do Estado de Santa Catarina S/A - BESC ajuizou ação monitória em face de ██████████ e ██████████, todos devidamente qualificados nos autos supra epigrafados, fundada em contrato para desconto de cheques, cujo valor final alcança a quantia de R\$ 224.641,48. Juntou procuração e documentos (pp. 05-67).

Citada, a parte ré ofereceu embargos monitórios, levantando prejudicial de prescrição. Apresentou procurações (pp. 183-184).

Sobreveio impugnação aos embargos, rebatendo os argumentos neles aduzidos.

Organizados os autos, vieram-me conclusos.

É o relatório. **FUNDAMENTO E DECIDO**

Verificando-se presentes os pressupostos elencados no artigo 355, I, do CPC, por tratar-se de questão unicamente de direito e não havendo necessidade de produção de outras provas, julgo antecipadamente o feito.

Alega a parte embargante a ocorrência da prescrição, uma vez

Autos nº 0301604-31.2019.8.24.0092

Leone Carlos Martins
Júnior Juiz de
Direito

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PODER JUDICIÁRIO****Comarca da Capital****2ª Vara de Direito Bancário da Região Metropolitana de Florianópolis**

que competia à embargada ajuizar a ação no prazo previsto no art. 206, § 5.º, I, do Código Civil de 2002. Por tal motivo, pleiteou o acolhimento dos embargos e a extinção da ação.

Efetivamente, de acordo com o Código Civil (Lei n. 10.406, de 10.1.2002), o prazo de prescrição aplicável à espécie é aquele previsto no artigo 206, §5º, I, o qual dispõe: "**Art. 206. Prescreve: (...) § 5º Em cinco anos: I - a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.**"

Da minudente análise dos autos, em especial dos documentos a ele carreados, depreende-se que a parte ré celebrou com a parte autora um contrato de desconto de cheques, cujo último contrato (n. 017.716.569, pp. 15-17) foi celebrado em 05 de abril de 2013, com data final para pagamento em 02 de janeiro de 2014. Diante da inadimplência, a parte autora considerou vencida a obrigação, cobrando, inclusive, comissão de permanência em 28/02/2014, como se pode ver pelo extrato de p. 64, de modo que este deve ser considerado o marco inicial da contagem do prazo para o exercício da pretensão. A ação, no entanto, foi ajuizada apenas em 10 de abril de 2019, ou seja, após o quinquídio legal, que findouse em 02 de janeiro de 2014.

Acrescenta que não prosperam as alegações acerca da prorrogação do prazo prescricional e de prorrogação do contrato. Isso porque os prazos prescricionais não podem ser alterados por acordo entre as partes (artigo 192, do CC). Já quanto à alegação de prorrogação do contrato, considerando que a instituição financeira considerou inadimplente a parte ré em fevereiro de 2014, ao lhe cobrar encargos moratórios, não há que se falar em prorrogação do contrato.

Diante do exposto, o acolhimento dos embargos com a



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca da Capital
2ª Vara de Direito Bancário da Região Metropolitana de Florianópolis

consequente extinção da ação, pela prescrição, é medida que se impõe, restando prejudicada a análise das demais questões suscitadas.

DISPOSITIVO:

Ante o exposto, **ACOLHO** os embargos monitorios e, como consequência, **JULGO EXTINTA** a presente ação ajuizada por **Banco do Estado de Santa Catarina S/A - BESC** em face de [REDACTED] e [REDACTED], com fulcro no art. 487, II, do CPC.

Condeno a parte embargada ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da causa, nos termos do artigo 85, § 2º, do CPC, corrigidos monetariamente da data da publicação desta sentença e acrescidos de juros de mora a partir do trânsito em julgado.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Ultimadas as providências, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 22 de maio de 2020.

Leone Carlos Martins Júnior
Juiz de Direito